



A pena contra a espada: erudição e militarismo em combate na campanha civilista de 1910

Jaqueline Porto Zulini (FGV/CPDOC)

Daniel Galuch Junior (TRE/PR)



Era declarado o interesse de Afonso Pena em fazer seu sucessor. Depois de fracassarem as articulações em torno do nome de David Campista, então ministro da Fazenda, que não contou com a chancela sequer do seu estado de origem (Minas Gerais), o Catete cogitou encampar algum político de maior projeção nacional, a exemplo dos ex-presidentes Campos Salles e Rodrigues Alves. Até o Barão de Rio Branco, que também já tinha passado pela Câmara dos Deputados, entrou em consideração. No fim das contas, porém, o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, acabou ficando com a nomeação, apadrinhado por Pinheiro Machado, líder do Partido Republicano do Rio Grande do Sul e reconhecidamente uma das figuras de maior influência e projeção nacional da época. As elites mineira e gaúcha ficaram do lado do militar, sobretudo depois da morte de Afonso Pena, fatalidade que alçou à chefia do país o então vice-presidente, Nilo Peçanha, simpático ao hermismo, embora se declarasse neutro nesse processo de transição presidencial. Minas Gerais ainda impôs o candidato a vice-presidente: Wenceslau Brás, o Governador do estado.

Àquele tempo, o Senador Rui Barbosa estava com a popularidade em dia. Sua recente participação na II Conferência de Haia (em 1907) e condução ao posto de presidente da Academia Brasileira de Letras (em 1908) contribuíram para o fortalecimento da imagem pública de Rui no país, edificada na incontestada capacidade intelectual provada na retórica típica dos discursos que ele fazia. A cadeira ocupada na vice-presidência do Senado favorecia a sua penetração na imprensa considerando a cobertura dos trabalhos do Congresso realizada pelos principais jornais em circulação na República. No auge da carreira política, Rui esperava ter a candidatura encampada pelos importantes aliados que cultivou ao longo dos anos, como Pinheiro Machado e o próprio Afonso Pena, seu colega de faculdade. Como havia se retirado da corrida presidencial de 1905 em favor de Pena, Rui contava com a troca de favores nesse momento. Tudo isso, porém, não lhe garantiu a nomeação oficial. A exclusão de Rui é atribuída ao pernambucano Rosa e Silva, outra liderança nacional que não fazia questão de esconder seus desafetos.



Capa da revista *O Malho* de 3.4.1909, nº 342, ironizando a candidatura impopular de David Campista. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

Poucos dias depois do lançamento da candidatura de Hermes, Rui Barbosa partiu para o combate veiculando um documento que ficou conhecido como *Carta de Bronze*. Nela, apontava o despreparo político do marechal para o cargo. Mais do que isso: condenava a possibilidade da volta dos militares ao poder, endossando firmemente a manutenção da Presidência da República nas mãos dos civis. Uma postura que calhou para as forças dissidentes daquele tempo, isto é, às facções dominantes em São Paulo e na Bahia, além das várias oposições estaduais. Diante da dificuldade de encontrarem um desafiante para Hermes, investiram no perfil contestador de Rui. Vale ressaltar: por falta de opção. As negativas de Rodrigues Alves, do Barão do Rio Branco e de Rosa e Silva – todos convidados e desinteressados em concorrer contra Hermes – mostraram aos paulistas que só lhes restava referendar a candidatura de Rui como um voto de protesto. Nessas circunstâncias Albuquerque Lins, governador de São Paulo, aceitou integrar a chapa como candidato a vice-presidente. Inaugura-se, assim, a primeira corrida presidencial realmente competitiva no regime republicano, que seria caracterizada pelo embate entre os chamados *militarismo e civilismo*.

Hermes da Fonseca

Hermes Rodrigues da Fonseca nasceu em São Gabriel (RS) em 12 de maio de 1855. Bacharelou-se em Ciências e Letras em 1871, para depois ingressar no Exército no mesmo ano. Cobriu vários cargos até ser promovido a marechal em 1906. Foi nomeado ministro da Guerra na presidência de Afonso Pena e ministro do Supremo Tribunal Militar. Depois de exercer a Presidência da República (1910-1914), foi eleito senador em 1914, mas desistiu do mandato após a morte de Pinheiro Machado. Naquele ano, viajou para a Europa. Viveu até 1920 na Suíça. Faleceu em 9 de setembro de 1923.

Imagem: acervo da Biblioteca da Presidência da República.





RUY BARBOSA

Excursão ao Estado de Minas Geraes



Ouro Preto. — Rui Barbosa tendo ao lado o Dr. Furtado de Menezes e acompanhado pela multidão.



Ouro Preto. — O povo acompanhando o candidato civilista da estação ao hotel.

Fotos publicadas na revista *Careta* de 26.2.1910, p. 19, mostrando o povo seguindo Rui em Ouro Preto. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Apesar de sua idade avançada, o sexagenário Rui Barbosa não se reteve aos tradicionais banquetes que serviam de palco para negociações políticas no Distrito Federal (na época, a cidade do Rio de Janeiro) e saiu em campanha pelo interior dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e da sua terra natal, a Bahia. Nessa maratona, o candidato civilista não se restringiu a tratar apenas com os círculos mais privilegiados, procurando fazer discursos para toda a população. Às vezes o comércio fechava as portas e as ruas ganhavam ornamentação festiva para a sua passagem. Jornais e revistas da época cobriram o que o próprio Rui definiu como sua “excursão eleitoral”, que veio a se tornar livro homônimo.



Detalhe da manchete na capa do *Correio Paulistano* de 16.12.1909, enfatizando o movimento causado pela passagem do candidato civilista. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

A plataforma de trabalho que o candidato civilista defendia se baseava no enfrentamento político de dois males do seu tempo: a intervenção federal nos estados e as oligarquias estaduais encasteladas no poder.

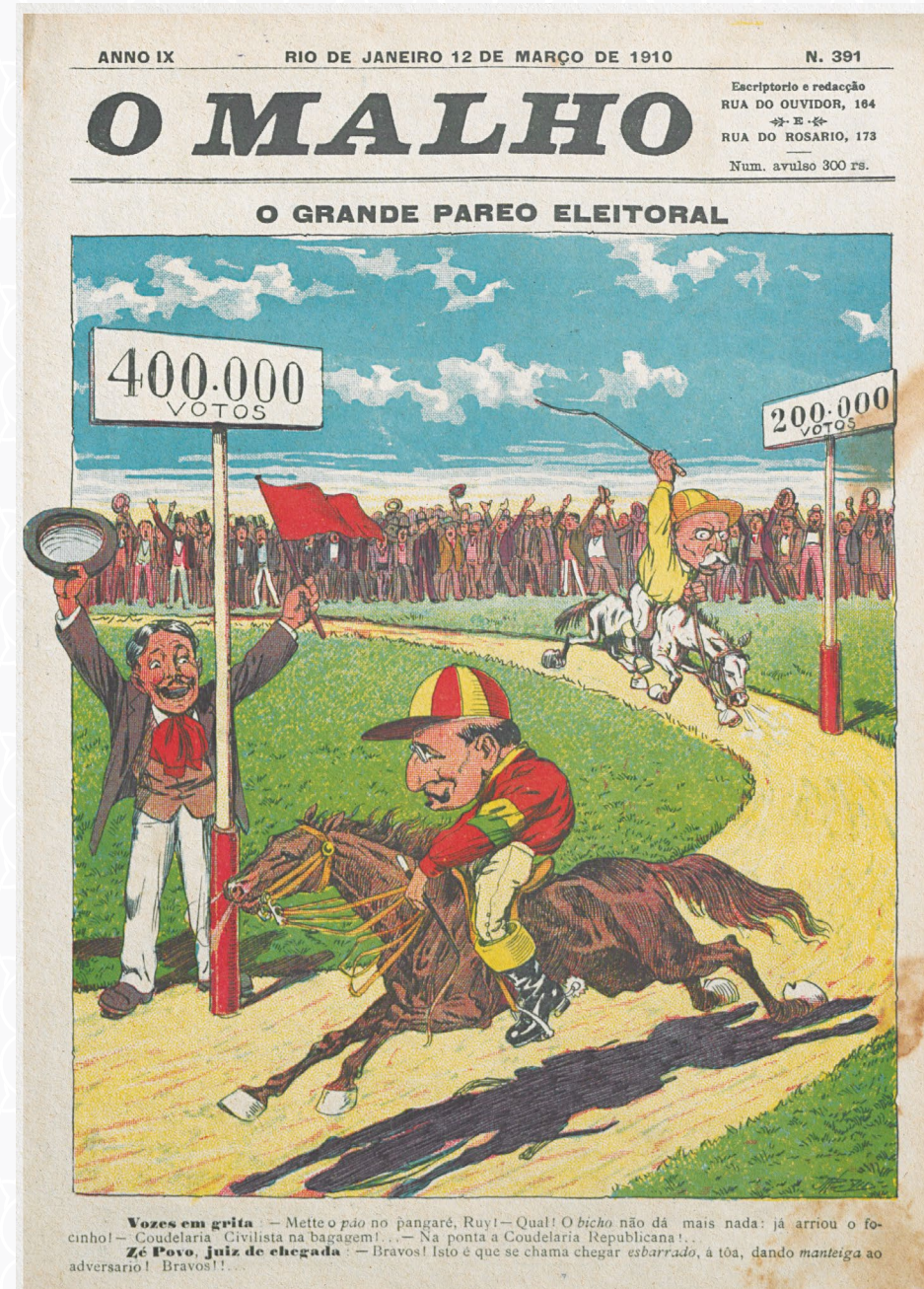
Rui propunha uma revisão constitucional como remédio para a intervenção federal, que estava prevista no art. 6º da Constituição de 1891 e que tinha se tornado uma fonte comum de abusos do governo presidencial contra a autonomia dos estados. O candidato pretendia estabelecer parâmetros mais restritos para a possibilidade de intervenção federal, mas também aproveitava o discurso revisionista para encampar mudanças em uma série de outros tópicos relacionados, desde a questão da magistratura até o processo orçamentário.



No caso do combate às oligarquias estaduais, o presidencialista advogava ampla reforma eleitoral que aumentasse a eletividade das oposições. Durante a exposição dessa plataforma, Rui não perdia oportunidade de atacar diretamente o governo federal, o Exército e todos os rivais políticos.

O Marechal Hermes, porém, evitava polemizar, confiante de que o apoio gozado perante as elites da maioria dos estados lhe garantiria a vitória sem mais esforços.

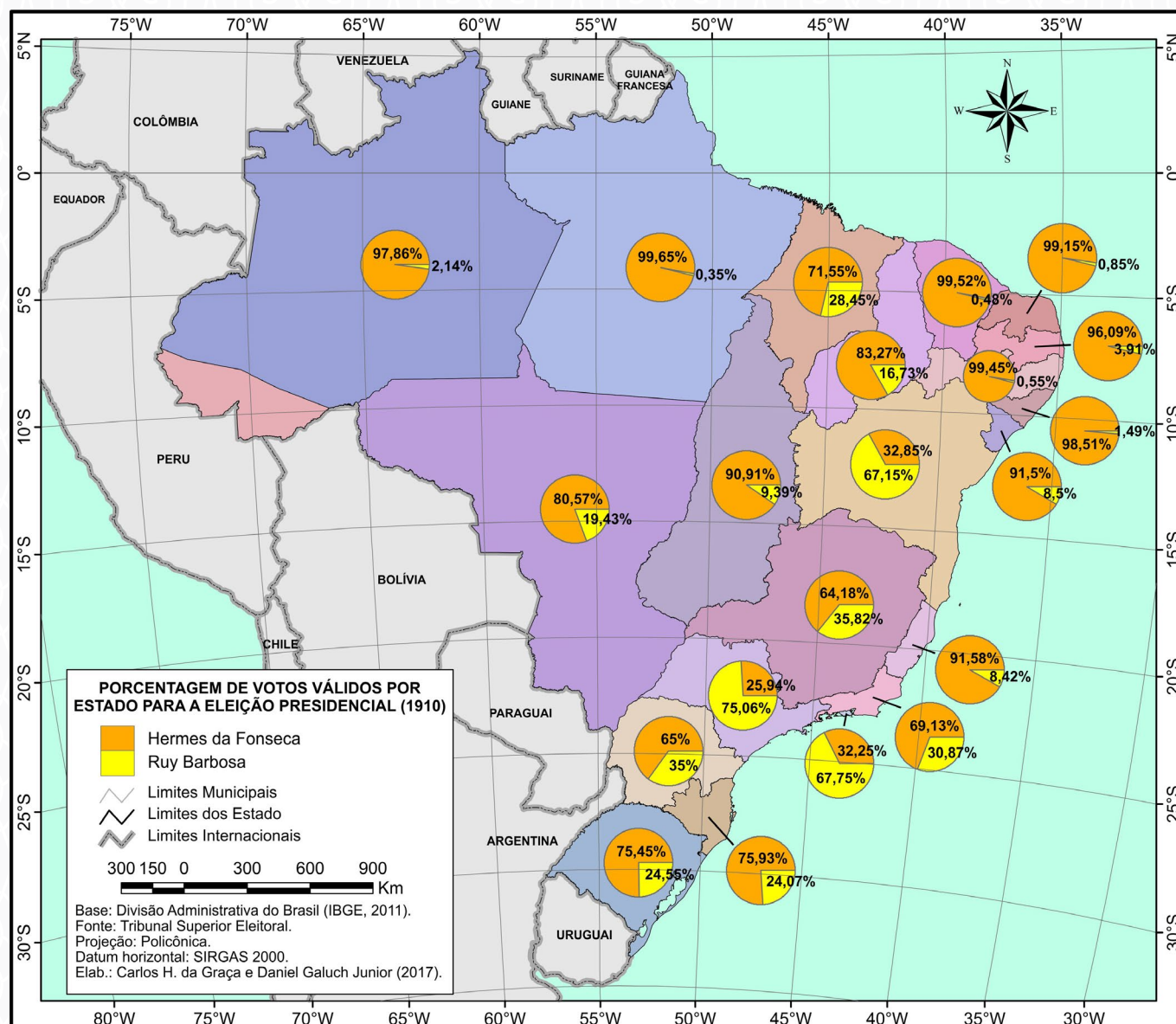
De fato, foi o que aconteceu. Poucos dias após o pleito de 1º de março, a imprensa noticiava a vitória de Hermes por cerca de 400 mil votos contra os 200 mil de Rui: a menor diferença de votos conhecida desde as primeiras eleições presidenciais da República. Para se ter uma ideia da competição eleitoral acirrada característica de 1910, basta lembrar que o marechal conseguiu 57,9% dos votos, 40% a menos da votação atingida pelo seu antecessor em 1906 (quando Afonso Pena levou 97,9% dos votos).



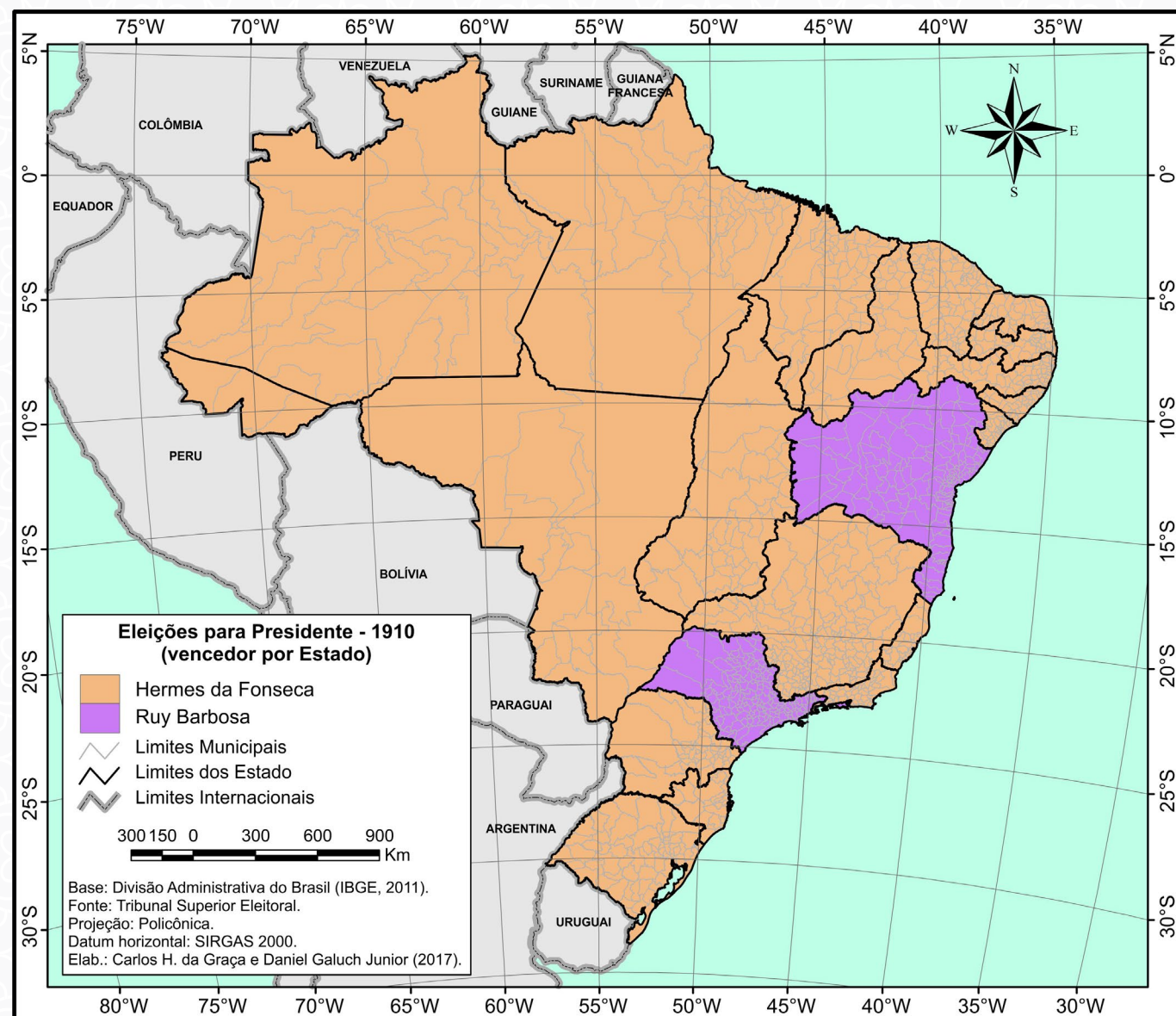
Capa da revista *O Malho* de 12.3.1910, nº 391, aludindo ao “grande pareo eleitoral”.
Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional – Brasil.



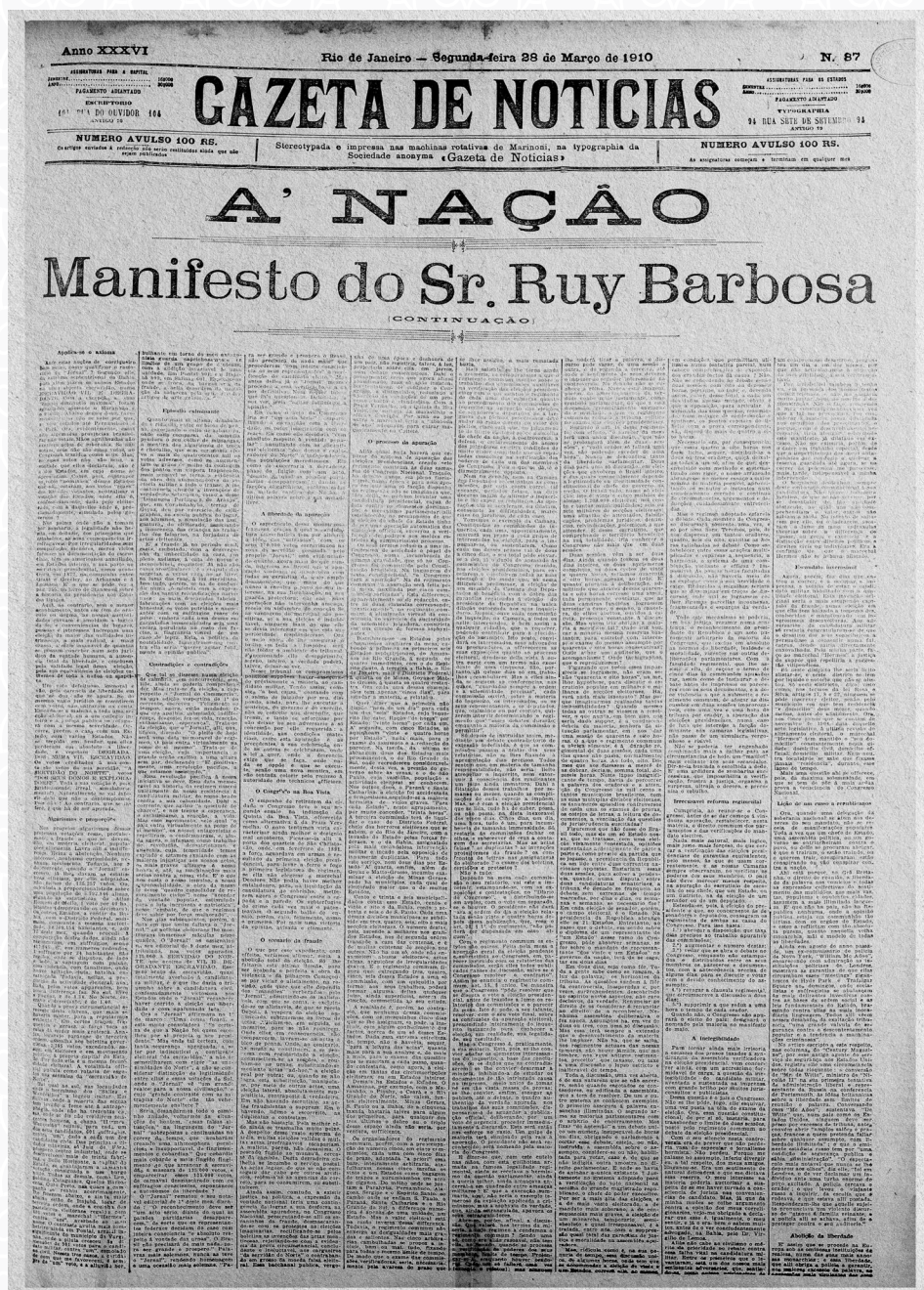
Os mapas a seguir ilustram as margens dessa disputa por estados, mostrando que Rui venceu somente na Bahia e em São Paulo.



Créditos: Carlos H. da Graça e Daniel Galuch Jr.



Créditos: Carlos H. da Graça e Daniel Galuch Jr.

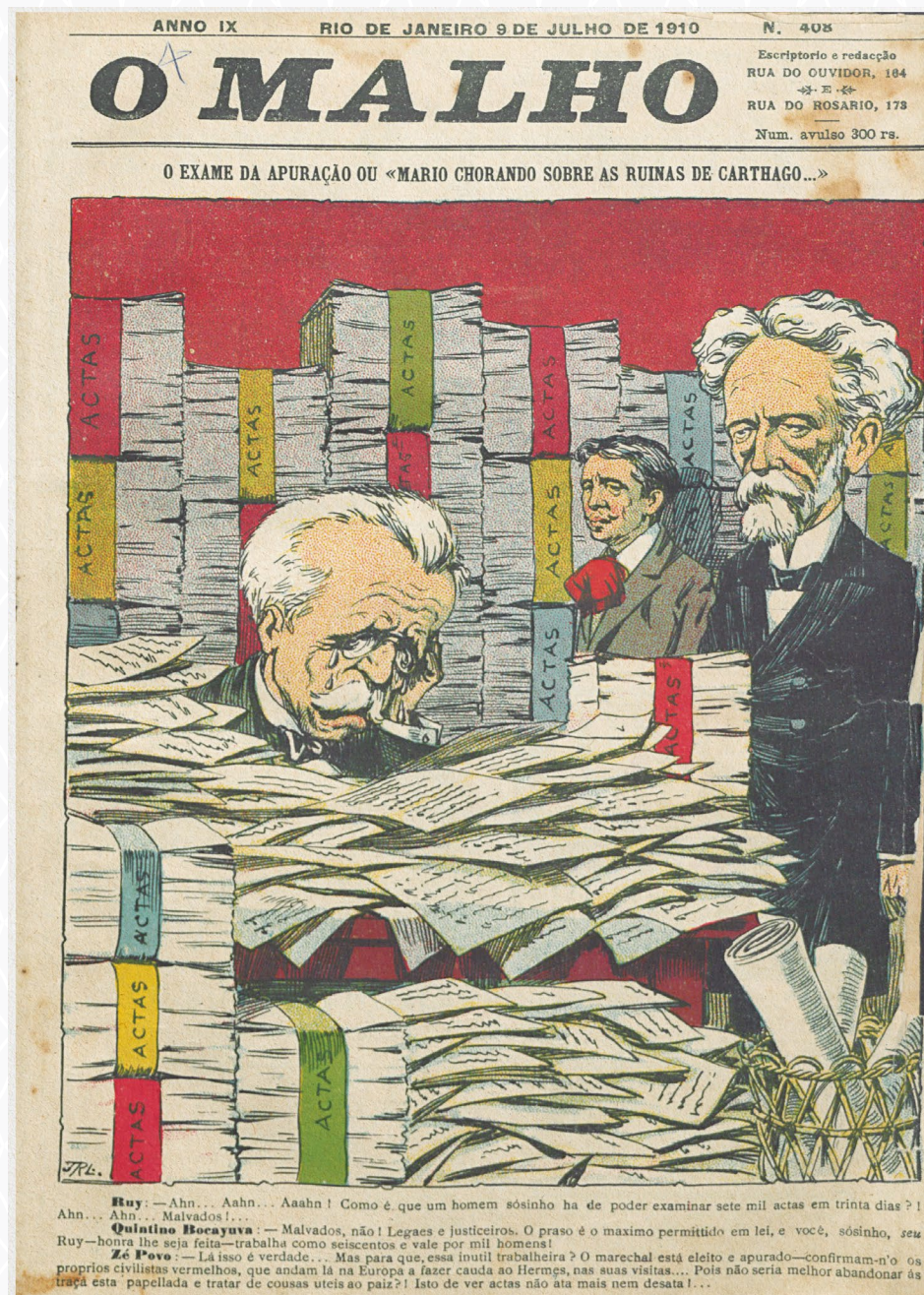


Ênfase da *Gazeta de Notícias* de 28.3.1910 para o conteúdo do manifesto de Rui à nação.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Inconformado com o resultado, Rui tenta reagir. Parte primeiro para a redação de um manifesto à nação acusando especialmente o Presidente Nilo Peçanha de fazer vistas grossas para a “compressão militar, exercida por sua obra, sobre o Estado do Rio, o Estado de Minas e o Estado da Bahia” (BARBOSA, 1910, p. 299). Em todos eles estavam em vigência decretos de estado de sítio: uma medida prevista constitucionalmente que suspendia quaisquer garantias legais no território sob o propósito de permitir o enfrentamento de situações excepcionais pelo governo e, por causa desse teor, considerada por muitos políticos e intelectuais uma forma de legitimar arbitrariedades e abusos do poder central. Interpretação endossada pelo candidato civilista com o objetivo de associar sua derrota nas urnas ao comprometimento da liberdade de voto no vigor desses sítios: no seu entender, um favorecimento extralegal dado pelo governo federal a Hermes.

Na sequência, Rui deu entrada na primeira contestação formal aos resultados eleitorais de uma disputa presidencial na República. Possibilidade prevista em lei, mas que não havia sido acionada até então. O civilista passaria dias a fio estudando os papéis daquele pleito para tentar provar que merecia a vitória. Segundo os seus cálculos, Hermes venceu na maioria dos estados, mas totalizou apenas 126.392 votos.

Em comparação, Rui alega ter ganhado na Bahia, em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e na capital federal, somando exatos 200.359. Não conseguiria, porém, reverter a situação. Chegava ao fim seu sonho de presidir o Brasil.



Exemplar d'O Malho de 9.7.1910 ironiza o esforço de Rui para rever a apuração.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Sugestões de leitura

BARBOSA, Ruy. *Excursão eleitoral aos Estados da Bahia e Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Editora Casa Garraux, 1910.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A Batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

CARVALHO, J. M. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, nº 59, p. 96-115, set./nov. 2003.

GARCIA UEÓCKA, Lorayne. A força das imagens na campanha civilista: representações em fotografias e caricaturas. *Colloquium Humanarum*. ISSN: 1809-8207, v. 1, n. 1, p. 63-72, 22 fev. 2005.

GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana*. Salvador: EDUFBA, 2011.